



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Ministério Público
GABINETE PROCURADORA MÁRCIA FERREIRA CUNHA

10

MPJTCDF

FL.: 10

Proc.: 5241/93

Rubrica

Processo n.º: 5241/93

Parecer n.º: 812/99

Pensão civil temporária. Lei n.º 6.782/80. Necessidade de integralização pela Lei n.º 8.112/90. Pela realização de diligência preliminar.

Egrégio Plenário,

Versam os autos sobre concessão de pensão civil temporária, nos termos da Lei n.º 6782/80, a **JOSÉ HENRIQUE, LUANA e EDUARDO CORIOLANO PEREIRA**, filhos da ex-servidora **CÍCERA MIGUEL PEREIRA**, matrícula n.º 30.304-6, no cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Administração do Parque Recreativo do Gama, Símbolo DF-10, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, falecida em atividade em 26.5.91 (certidão de óbito de fls. 07 e 28v-apenso).

2. A Instrução destaca que, em razão do disposto no art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 215 e 248 da Lei nº 8.112/90, o ato de concessão da referida pensão (fl. 31-apenso) deverá ser revisado para que seja formalizada a integralização, conforme Decisão nº 8.274/96, adotada no Processo nº 3.848/94 desse Tribunal, na Sessão Ordinária realizada em 12.09.96.

3. Ademais, ressalta o corpo instrutivo que há divergência quanto ao tempo de serviço exercido, conforme documentos de fls. 11 e 36-apenso, além de não constar dos autos o contracheque do mês anterior ao óbito, o ato de nomeação, o ato de exoneração e sua posterior revogação, sugerindo o retorno dos autos à SEA para providências preliminares.

4. Ante o exposto, o Ministério Público opina por que o E. Plenário determine à SEA o acolhimento, preliminar, das medidas sugeridas pelo digno corpo instrutivo no § 8º (fl. 03).

É o parecer.

Brasília, 13 de setembro de 1999.

Márcia Ferreira Cunha Farias
Procuradora-Geral do Ministério Público